

ATA DA 698ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 31 DE JULHO E 01 DE AGOSTO DE 2020, VIA APLICATIVO ZOOM.

6 7 8

9 10

11 12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22 23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36 37

38

39

40

41

42

43

44

45

46 47

48 49

50

51

1

2

3

4 5

> PARTICIPANTES: Os Economistas Antonio Corrêa de Lacerda - Presidente; Denise Kassama Franco do Amaral - Vice-Presidente; Conselheiros Federais: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr., Carlos Alberto Safatle, Clovis Benoni Meurer, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, Lauro Chaves Neto, Luiz Antonio Rubin, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maurílio Procópio Gomes, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Dantas da Costa, Paulo Roberto Polli Lobo, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva. Conselheiros Suplentes convocados pelo rodízio: Aldenir Gomes Pereira e Fabíola Andréa Leite de Paula. Convidados: Presidente do Conselho Regional de Economia 21ª Região - PB, Celso Pinto Mangueira, e o Conselheiro Federal João Bosco Ferraz de Oliveira. Presentes, ainda, a equipe de apoio do Cofecon: Aline Tales Ferreira, Superintendente em exercício; Ana Claudia Ramos Pinto, Coordenadora; Fábio Ronan Miranda Alves, Procurador-Geral; os Assessores Jane Lopes da Silva, Natália Lepsch Kenupp Batista e Paulo Roberto Samuel Alves Júnior; e Danyel Willian Santos Teófilo, Assistente Técnico de Informática do Cofecon. (áudio, manhã, 31.07 - 49:01 – 03:48:46) 1. ABERTURA DA SESSÃO PLENÁRIA: 1. Abertura da Sessão Plenária. 1.1. Justificativas de ausência e votação. O Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, informou a impossibilidade de participação da Conselheira Federal Maria de Fátima Miranda por motivos saúde na família, sendo substituída na ocasião pelo Conselheiro Federal Luiz Antonio Rubin. 2. Proposta de parceria Jornal GGN e **Cofecon.** Apresentação: Jornalista Luís Nassif. Propôs parceria com o Cofecon em dois projetos, sendo eles: 1 -Construção de indicadores econômicos e fiscais por estado, considerando a atuação dos governadores e análises estaduais dos economistas; 2 - Realização de Seminário para discutir "O que é necessário para reverter a situação do País?". A sugestão seria montar uma série com os grandes economistas brasileiros, recuperando os pontos centrais do que foi o desenvolvimento do País. O custo seria em torno de R\$ 4.000, 00 (quatro mil reais). O Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, sugeriu que o Jornalista Luís Nassif formalize as propostas, as quais serão analisadas em conjunto pelas Comissões de Reforma Tributária, Desenvolvimento Regional, Política Econômica, Comunicação, Ações de Redução da Desigualdade Social, Estatística e Mulher Economista. 3. Expediente. 3.1. Ata da sessão plenária anterior: leitura, emendas e aprovação da ata da 697ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada no dia 05 de junho de 2020, em Brasília-DF. Após apreciação, a ata foi aprovada por unanimidade. 3.2. Informes da presidência; O Presidente do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, relatou os seguintes itens: 3.2.1 PEC nº 108/2019 e encaminhamentos do Conselhão: - Sem nenhuma movimentação na Câmara dos Deputados desde as últimas audiências públicas realizadas no final de 2019 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; - No âmbito do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas (Conselhão), conforme já noticiado, está sendo trabalhada a formalização de um texto alternativo para ser apresentado. Todavia, não há notícias de avanço da matéria no âmbito do Conselhão, possivelmente em razão das questões relacionadas à pandemia de Covid-19. 3.2.2 Projetos de lei relativos à isenção de anuidades. - Conforme noticiado por meio do Ofício Circular nº 0078/2020, a assessoria parlamentar do Conselhão elaborou o material no qual apresenta os Projetos de Lei sobre o tema "Anuidades", em trâmite no Congresso Nacional. São pautas que afetam diretamente a atual conjuntura dos Conselhos



53

54

55 56

57

58

59 60

61

62

63 64

65 66

67 68

69

70

71 72

73

74

75

76 77

78

79

80

81

82

83

84 85

86

87

88

89 90

91

92 93

94

95

96

97

98 99

100

101102

103

de Fiscalização Profissional; - Ressalta-se a importância do efetivo acompanhamento por parte do Cofecon e dos Corecons em relação aos projetos elencados e ao andamento das matérias legislativas conexas. Para tanto, é fundamental a intermediação e mobilização junto aos parlamentares de suas respectivas bases no intuito de obstar a possível tramitação rumo à aprovação dos projetos referenciados. 3.2.3 Andamento das ações judiciais em destaque: -Banco BASA: O Cofecon perdeu em primeira instância. O setor jurídico está avaliando a interposição de recurso, especialmente considerando que há pedido de majoração de honorários de sucumbência; - Plano de Saúde: Processo em tramitação do TST. O setor jurídico está tentando agenda para despachar com o ministro relator; - Acões envolvendo o Corecon-SP: O juízo está abrindo prazos para que o Cofecon e o Corecon possam tentar viabilizar algum tipo de acordo para finalizar os processos; - Ação relativa à licitação do novo sistema contábil: A empresa Implanta Informática perdeu a ação e processo transitou em julgado. 3.2.4 Migração Sistemas Cadastrais e Contábeis. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr., responsável por coordenar a migração dos sistemas, apresentou os respectivos informes: - O sistema contábil está avançado, exceto no Acre e Rondônia, onde está em fase de instalação. Os demais Corecons já estão operacionais. Relatou que o Corecon-SP ainda não assinou o termo de compromisso; - O sistema cadastral, ainda está em fase de projeto piloto no Conselho Regional de Economia da 6ª Região – PR. O contrato está sendo homologado e entrará em funcionamento após as eleições, em razão dos dados da eleição estarem, na maioria dos Conselhos Regionais, no sistema da Implanta Informática. 3.2.5 Requerimento - Situação Financeira Corecons da Região Nordeste. Os Corecons da Região Nordeste, após reunião realizada no dia 06 de julho de 2020, encaminharam as seguintes demandas ao Cofecon: I – Proposta de redução do repasse sobre a arrecadação de dívida ativa para 5%; II - Formulação de programa de auxílio emergencial para Conselhos de pequeno porte em dificuldades para a manutenção das suas atividades administrativas. Sugestões para o auxílio emergencial: - Criação de uma linha de crédito pelo Cofecon, para os Regionais em dificuldades financeiras, a exemplo do Confea; -Suspensão por 3 meses da cota-parte enviada ao Cofecon, para os Regionais em dificuldades financeiras; - Que o novo sistema cadastral e financeiro contemple o parcelamento com cartão de crédito pelo site, sem a necessidade de uso da máquina. A demanda será analisada pelos setores e comissões competentes do Cofecon e posteriormente será submetida ao Plenário para deliberação. 3.3. Representação institucional e participação em eventos; Presidente Antonio Corrêa de Lacerda. No dia 18 de junho participou de live juntamente com o economista Nelson Azevedo dos Santos, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, sobre "A importância da indústria na recuperação da economia". A mediação foi feita pela Vice-Presidente do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral, e o evento virtual foi transmitido pelo canal do Cofecon no Youtube; No dia 19 de junho participou de live promovida pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED) na qual comentou os temas "O pensamento único nos meios de comunicação; Democracia e projeto de desenvolvimento; O refluxo da globalização e o Brasil; A austeridade danosa; e O Futuro". O evento virtual foi transmitido às 19h30 na página da entidade no Facebook; No dia 25 de junho participou da 70<sup>a</sup> Reunião do Fórum dos Conselhos Federais, por vídeo conferência; No dia 29 de junho participou de webinar promovido pela Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (CervBrasil) para discutir "A contribuição da Reforma Tributária na retomada das atividades econômicas no Brasil e os impactos na Economia". O evento foi transmitido pelo canal da entidade no Youtube; No dia 02 de julho participou de gravação para a série "Brasil Amanhã #30", organizado pelo Clube de Engenharia, realizado pela plataforma Zoom: No dia 02 de julho participou de live sobre "Pandemia e crise econômica: saídas para o Brasil", realizada pela Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate) e transmitida pelo Facebook e Youtube da entidade; No dia 06 de julho participou de live para discutir o aperfeiçoamento profissional para atuação nas áreas de Reestruturação Empresarial e Perícia Econômico-Financeira. O economista Pedro Afonso Gomes apresentou o tema, com participação também da Vice-Presidente do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral. A



104 transmissão ocorreu no canal do Cofecon no Youtube; No dia 08 de julho participou de live 105 promovida pela Agência Sindical sobre para discutir "Como conduzir a economia na pandemia". O evento foi transmitido na página da entidade no Facebook. Colaboradores. Nos 106 dias 09 e 10 de junho o Economista Marcelo Martinovich ministrou a oficina gratuita "Gestão 107 108 estratégica e planejamento econômico-financeiro: desafios estruturais pós-crise", com transmissão realizada pelo canal do Cofecon no Youtube; No dia 10 de junho a Vice-Presidente 109 do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral, e os Economistas Felipe de Holanda e Durval 110 Braga Neto participaram de live sobre "Mercado de Trabalho, informalidade, subemprego e 111 112 desalento", com transmissão realizada pelo canal do Cofecon no Youtube; Nos dias 16, 18, 23 113 e 25 de junho o Conselheiro Federal Lauro Chaves Neto ministrou oficina gratuita sobre "Planejamento Estratégico", com transmissão realizada pelo canal do Cofecon no Youtube; No 114 dia 17 de junho a Economista Celina Martins Ramalho participou de live sobre "Economia 115 116 Internacional", tendo como moderadora a Conselheira Federal e Coordenadora da Comissão Mulher Economista, Economista Mônica Beraldo Fabrício da Silva. A transmissão ocorreu no 117 118 canal do Cofecon no Youtube; No dia 18 de junho o Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca Neto participou como moderador da live "Economia e Saúde", evento dos Conselhos 119 120 Regionais da Região Sudeste, realizado pelo Corecon-MG; Nos dias 24 de junho, 14, 21 e 28 121 de julho o Economista Jorge Cury Neto ministrou oficina sobre "Introdução à Economia da 122 Oralidade", com transmissão realizada pelo Canal do Cofecon no Youtube; No dia 25 de junho o Conselheiro Federal Carlos Eduardo Oliveira Júnior participou de live sobre "Perspectivas 123 para o setor de serviços", tendo como moderador o Conselheiro Federal e Coordenador da 124 Comissão de Comunicação, Economista Waldir Pereira Gomes. A transmissão ocorreu no canal 125 126 do Cofecon no Youtube; No dia 01 de julho a Economista Roseli Faria participou de live sobre "Aspectos econômicos do racismo", tendo como moderadora a Economista Lia Lopes de 127 Almeida, membro da Comissão Mulher Economista. A transmissão foi realizada pelo Canal do 128 129 Cofecon no Youtube; No dia 02 de julho o economista Durval Braga Neto ministrou a oficina 130 "Criatividade, propósito e carreira", com transmissão realizada pelo Canal do Cofecon no Youtube; No dia 03 de julho o Conselheiro Federal Wellington Leonardo da Silva, o economista 131 Gilson Duarte e a Sra. Natália Duarte participaram de live sobre "Precarização do trabalho na 132 pandemia: novas evidências". O evento foi transmitido pelo Canal do Cofecon no Youtube; No 133 134 dia 06 de julho o Economista Pedro Afonso Gomes participou de live sobre "Qualificação 135 profissional em Reestruturação Empresarial e Perícia Econômico-Financeira", tendo como mediadora a Vice-Presidente do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral. O evento contou 136 com participação especial do Presidente da autarquia, Antonio Corrêa de Lacerda, e a 137 transmissão foi realizada pelo canal do Cofecon no Youtube; No dia 08 de julho os economistas 138 139 Paulo Brasil Corrêa de Mello e Reinaldo Dantas participaram de live "Reforma Fiscal Tributária", tendo como mediador o Conselheiro Federal e Coordenador da Comissão Perícia 140 Econômico Financeira e Mediação e Arbitragem, Economista Paulo Dantas da Costa. A 141 transmissão foi realizada pelo canal do Cofecon no Youtube; No dia 10 de julho os economistas 142 Marcus Eduardo de Oliveira e José Ricardo participaram de live sobre "Economia, meio 143 ambiente e Amazônia", tendo como mediadora a Vice-Presidente do Cofecon, Economista 144 145 Denise Kassama Franco do Amaral. A transmissão foi realizada pelo canal do Cofecon no Youtube; No dia 22 de julho o Conselheiro Federal Lauro Chaves Neto mediou live sobre 146 147 "Retomada do setor produtivo no Nordeste", tema apresentado pelos economistas Ana Cláudia 148 de Albuquerque Arruda Laprovitera, Gustavo Casseb Pessoti e Ricardo Aquino Coimbra. O evento virtual foi transmitido pelo canal do Cofecon no Youtube: No dia 24 de julho o 149 150 Conselheiro Federal Wellington Leonardo da Silva, juntamente com a Economista Marcela Rodrigues Vieira e o estudante Marcos Antonio da Silva e Silva, participou da live "Economia 151 152 de Francisco e Clara", tendo como mediadora a Conselheira Federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva. O evento virtual foi transmitido pelo canal do Cofecon no Youtube; No dia 29 de julho 153 154 o Economista Fernando Farignoli participou de live "Penhora de faturamento, administração de bens e intervenção judicial", tendo como mediador o Conselheiro Federal e Coordenador da 155



157

158

159 160

161

162

163 164

165

166

167168

169

170

171172

173

174

175176

177178

179

180 181

182 183

184 185

186

187

188 189

190 191

192 193

194 195

196 197

198 199

200

201202

203204

205

206

207

Comissão de Comunicação, Economista Waldir Pereira Gomes. A transmissão foi realizada pelo canal do Cofecon no Youtube; No dia 30 de julho a Economista Beatriz Macchione Saes participou de live promovida pelo Cofecon para divulgação do XXVI Prêmio Brasil de Economia, categoria Livro. A mediação foi feita pelo jornalista Manoel Castanho, com transmissão realizada pelo Canal do Cofecon no Youtube. Matérias e Entrevistas - Presidente do Cofecon. No mês de Junho/2020 participou de entrevista à revista CNT Transporte Atual sobre temas como a pandemia de Covid-19, comércio internacional e o cenário brasileiro; No dia 08 de junho participou de reportagem do UOL sobre restrição de dados brasileiros sobre Covid-19 afastam investidores; No dia 09 de junho participou ao vivo do Jornal da Cultura para comentar os assuntos mais importantes do dia; - No dia 12 de julho participou de reportagem do UOL sobre a saída da crise econômica; - No dia 23 de julho participou ao vivo do Jornal da Cultura para comentar os assuntos mais importantes do dia; - No dia 24 de julho participou de reportagem da TV Cultura sobre linhas de crédito específicas para o setor de franquias. 3.4. Correspondências relevantes; minuta enviado por mensagem eletrônica e disponível nas pastas. Não houve observações sobre o item. 3.5. Informes dos coordenadores de Comissões Permanentes e Temáticas do Cofecon; Comissões: Política Econômica. O coordenador, Conselheiro Fernando de Aquino Fonseca Neto, informou que a comissão apresentará uma nota sobre a Dívida dos Estados para apreciação na plenária. Comunicação. O coordenador, Conselheiro Waldir Pereira Gomes, relatou a realização de várias lives produzidas pelo setor de comunicação com apoio do setor de tecnologia da informação do Cofecon e parceria com os Conselhos Regionais e Sindicatos. Destacou o trabalho intenso da equipe de comunicação do Cofecon. Educação. A coordenadora, Conselheira Denise Kassama Franco do Amaral, informou que as inscrições para o XXVI Prêmio Brasil de Economia e Concurso de Resenhas estão abertas até o dia 2 de outubro. Afirmou que as oficinas gratuitas online, pela plataforma EAD do Cofecon, estão com excelente receptividade e que, ao todo, foram realizadas 4(quatro) oficinas. São 700(setecentos) inscritos na plataforma e foram emitidos 150(cento e cinquenta) certificados de participação. Desenvolvimento Regional. O coordenador, Conselheiro Lauro Chaves Neto, informou sobre estudo elaborado pela comissão referente ao tema renda mínima, para apreciação como nota da plenária. Comunicou a realização de eventos, em forma de debate, sobre a economia regional: 01(um) na Região Norte, 02(dois) na Região Nordeste; 01(um) na Região Sul; e 01(um) na Região Sudeste. Por fim, reafirmou que a comissão tem estimulado bastante o debate sobre economia regional. Previdência Social. O coordenador, Conselheiro Fernando de Aquino Fonseca Neto, tratou de 3 projetos desenvolvidos pela comissão, sendo eles: 1) Organização de uma chamada pública de serviços prestados pelos bancos para os economistas; 2) Plano de Previdência para os economistas, que está em análise no setor jurídico do Cofecon; 3) Utilização de cartão de crédito para pagamento das anuidades. Apenas a Cielo enviou proposta, cujos valores estão acima do praticado. A Comissão aguarda outras propostas. Perícia Econômico-Financeira, Mediação e Arbitragem. O coordenador, Conselheiro Paulo Dantas da Costa, comunicou a realização de live que teve repercussão positiva. Informou que no dia 5 de agosto será realizada outra live sobre Perícia Econômico-Financeira, com peritos dos estados de Goiás e Paraná, e que irá atuar como moderador do debate. Reforma Tributária. O coordenador, Conselheiro Paulo Dantas da Costa, tratou da questão tributária do Brasil e alegou que o tema é muito discutido por quem não entende do assunto. Informou que no Parlamento constam duas propostas de reforma, sendo elas a PEC nº 45/2019 e PEC nº110/2019. Afirmou que tais propostas abordam apenas a tributação direta. Considera que há uma deformidade no modelo de tributação brasileira, pois a tributação está focada nas empresas e não na tributação indireta que atingiria a todos. Observa que há um receio de tributar as grandes riquezas. No Brasil, a líquida máxima é de 27,50%, e nas grandes nações, a



209

210

215

217

225

227

231

232

237

239

241

245

247

249

255

257

259

líquida máxima varia entre 38% a 40%. A ANFIP e a Fenafisco elaboraram o trabalho "Reforma tributária necessária", que se confunde com a reforma tributária solidária. Alegam que a tributação está focada nas empresas, exploram um modelo de tributação pautado no modelo do estado de bem-estar social, abordam a progressividade da 211 212 tributação, defendem fortalecimento do equilíbrio federativo, consideram a hipótese 213 da tributação ambiental, defendem que sejam revistas algumas renúncias fiscais e 214 propõem otimizar o aparato fiscal sobre sonegação. O coordenador, Conselheiro Paulo Dantas da Costa, diz que defende a CPMF no plano internacional. Foi sugerido que o 216 Conselheiro Paulo Dantas da Costa elaborasse uma nota sobre o tema para apreciação em plenária, e que o documento seja enviado aos parlamentares via ofício. O tema terá um espaço 218 na revista Economistas, do Conselho Federal de Economia. Mulher Economista. A coordenadora, Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva, informou que serão 219 220 selecionadas, durante a Plenária, indicações para os prêmios Mulher Economista e Mulher Transformadora. Falou sobre a participação em lives e apresentou sugestão de 221 222 live sobre o tema Renda Básica. Ações para Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil O coordenador, Conselheiro Wellington Leonardo da 223 224 Silva, informou participação em duas lives, relacionadas na representação institucional. Comunicou participação no Congresso da Federação dos Bancários do 226 Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Abordou a confecção da segunda edição da revista Justiça Social, publicação do Fórum Nacional pela Redução da 228 Desigualdade Social, coordenado pelo Cofecon. Informou que o Cofecon arcou com 229 a diagramação da revista e contribuiu com R\$ 2.000,00(dois mil reais). Destacou que 230 serão impressos 5.000 (cinco mil) exemplares e que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) arcou com 1.000 (um mil) impressões. Grupos de Trabalho. Responsabilidade Social e Economia Solidária. A coordenadora, Conselheira Denise Kassama Franco 233 do Amaral, informou sobre a intenção de parceria com a Cáritas Brasileira. 234 Transparência. O coordenador, Conselheiro Clovis Benoni Meurer, comunicou a 235 realização de levantamento de pendências pelos Conselhos Regionais nos sites e que esses foram comunicados para que sejam sanadas. Estudar a filiação de Mestres e 236 Doutores. O coordenador, Conselheiro Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, informou 238 que o grupo realizou 5(cinco) reuniões produtivas e que o resultado das discussões será apresentado na ordem do dia, item 4.7. Destacou a contribuição do Vice-Presidente do Corecon-DF, Eloy Corazza, no envio do seu parecer, bem como o 240 parecer do Conselho Regional de Economia da 11ª Região - DF. 3.6. Informes dos Conselheiros Federais. O Conselheiro Federal Antônio de Pádua Ubirajara e Silva 242 243 informou participação em lives realizadas pelo Conselho Regional de Economia da 10ª Região – MG. A Conselheira Federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva, informou 244 a participação em live organizada pela Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica. (áudio, manhã, 31.07 - 03:49:00 - 4:29:57) **4. Ordem do Dia.** O Presidente 246 do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, informou inserção na pauta do item 4.10. 248 Procedimentos excepcionais para o pleito eleitoral de 2020, no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, em razão da pandemia de Covid-19 (Processo nº 19.314/2020); Relatoria: Comissão Eleitoral. O item foi aprovado para inserção na pauta. 4.1. 250 251 Decisões Ad Referendum do Plenário. 4.1.1. Resolução nº 2.048, de 16 de junho de 2020: 252 Altera dispositivos do Anexo da Resolução nº 2.027/2019, que dispõe sobre o Concurso de Resenhas do Conselho Federal de Economia - Cofecon e da Associação Nacional dos Cursos 253 254 de Graduação em Ciências Econômicas – Ange - (Processo nº 19.225/2019); O Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, esclareceu que o ato foi editado para permitir a inscrição 256 direta dos estudantes de graduação em Ciências Econômicas no Concurso de Resenhas Cofecon/Ange. 4.1.2. Resolução nº 2.049, de 25 de junho de 2020: Prorroga para o dia 31 de 258 julho de 2020 o prazo de não incidência de encargos moratórios sobre os débitos a que se refere o artigo 1º da Resolução nº 2.041, de 26 de março de 2020, e dá outras providências -



261

262

263264

265

266

267268

269

270

271272

273274

275276

277

278

279280

281

282

283

284 285

286

287

288 289

290

291

292293

294 295

296

297

298 299

300

301

302

303

304

305 306

307

308

309

310

311

(Processo nº 19.342/2020); O Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, esclareceu que o ato normativo foi editado com o objetivo de prorrogar para o dia 31 de julho de 2020 o prazo de não incidência de encargos moratórios sobre os débitos devidos pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas nos Conselhos Regionais de Economia. 4.1.3. Resolução nº 2.050, de 25 de junho de 2020: Altera a Resolução nº 2.041, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre a não incidência de encargos moratórios sobre débitos com vencimento no período de 31 de março de 2020 a 31 de julho de 2020, e dá outras providências - (Processo nº 19.342/2020). O Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, esclareceu que o ato normativo foi editado com o objetivo de estender os efeitos da prorrogação promovida pela Resolução nº 2.041, de 26 de março de 2020, em todas as parcelas vincendas após 31/07/2020, referentes aos parcelamentos envolvendo débitos dos exercícios anteriores. Em votação, as resoluções ad referedum foram aprovadas por unanimidade. 4.2. Análise de novas propostas de alterações na Resolução nº 2.041, de 26 de março de 2020 (Processo nº 19.342/2020); O relator e Coordenador da Comissão de Normas e Legislação, Conselheiro Antonio Melki Jr., sugeriu prorrogação, para o dia 31 de agosto de 2020, do prazo de não incidência de encargos moratórios sobre os débitos das anuidades. Justificou a prorrogação considerando a questão das eleições do Conselho Regional e do Federal, que poderão ser impactadas se houver prorrogação após essa data, pois alteraria o número de ECVs. Além disso os Conselhos Regionais precisam da arrecadação para sobrevivência. O Conselheiro Fernando de Aquino Fonseca Neto sugeriu prorrogar o prazo até o dia 31 de dezembro de 2020, em razão do risco de não receber as arrecadações devido à pandemia. Afirmou que o estado de calamidade pública ocasionou uma queda na arrecadação e os economistas encontram-se em fase delicada financeiramente. Justificou, ainda, que 31 de dezembro é o prazo do decreto da calamidade. Em votação, aprovada por unanimidade a prorrogação até o dia 31 de agosto de 2020. (áudio, manhã, 01.08 - 1:34:13 - 2:31:08) 4.3. Consolidação dos Decretos que tratam de profissões regulamentadas e de Conselhos Profissionais - Procedência: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (Processo nº 19.358/2020); O relator e coordenador da Comissão de Normas e Legislação, Conselheiro Antonio Melki Jr., relatou que o Governo Federal tem a intenção de consolidar todos os decretos das profissões regulamentadas em um único documento, e que foi enviada uma proposta ao Cofecon. O relator apresentou a proposta da comissão que, após discussão, foi aprovada por unanimidade. (áudio, tarde, 31.07 - 04:31:29 - 6:03:28). 4. Continuação da Ordem do Dia 4.4. Apresentação da Campanha Dia do Economista 2020; O relator e coordenador da Comissão de Comunicação, Conselheiro Waldir Pereira Gomes, apresentou a estratégia de comunicação para o mês do economista que acontecerá em agosto de 2020. Em votação, a proposta da campanha foi aprovada por unanimidade. 4.5. Prêmio Mulher Economista do Ano (Processo nº 19.313/2020); A relatora e coordenadora da Comissão Mulher Economista, Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva, apresentou o relato do item. Logo após, foi encaminhado link de votação, com a relação de 10(dez) indicadas. Os nomes indicados foram: - Ana Carla Abrão - Corecon-GO sob o número 2582/D e no Corecon-SP sob o número 28705; - Claudine Furtado Anchite - Corecon-SC sob o número 3162; - Denise Lobato Gentil - Corecon-RJ sob o número 25761; - Ermelinda Maria Uber Januário - Corecon-SC sob o número 2556; - Eulália Alvarenga - Corecon-MG sob o número 5126; - Eveline Barbosa - Corecon-CE sob o número 2839; - Júnia Rodrigues de Alencar - Corecon-SP sob o número 34733; - Leda Maria Paulani - Corecon-SP sob o número 10803; - Natalie Pacheco Vital de Oliveira- Corecon-RJ sob o número 27282; - Samira Schatzmann - Corecon-SP sob o número 33426. (áudio, tarde, 31.07 – 1:26:10 – 1:40:06) Em votação, foram obtidos os seguintes resultados de votação: - Ana Carla Abrão (2582/D-GO e 28705- $SP)-08(oito)\ votos;$  - Claudine Fernandes (3162-SC) - 10 (dez) votos; - Denise Lobato Gentil (25761-RJ) - 13(treze) votos; - Eulália Alvarenga (5126 -MG) -9(nove) votos; - Ermelinda Januário (2556-SC) - 8(oito) votos; Eveline Barbosa Silva



312 Carvalho (2839-CE) - 8 (oito) votos; - Junia Rodrigues de Alencar (34733-SP) -12(doze) votos; Leda Maria Paulani (1080-SP) - 13(treze) votos; Natalie Pacheco 313 314 Victal de Oliveira(27282-RJ) – 8(oito) votos e Samira Schatzmann (33426-SP) 8(oito) votos. 4.6. Prêmio Mulher Transformadora (Processo nº 19.317/2020); a relatora e a 315 316 Coordenadora da Comissão Mulher Economista, Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva, apresentou o relato do item. Logo após, foi encaminhado link de 317 318 votação, com a relação de 21 (vinte e um) indicadas. Sendo elas: - Alice Kuerten (Florianópolis-SC); - Beatriz Cerqueira (Belo Horizonte-MG); - Cíntia Aldaci da Cruz (Florianópolis-SC); -319 320 Cristina Castro (Brasília-DF); - Dirlene Marques (Belo Horizonte-MG); - Fátima Guerra (Belo 321 Horizonte-MG); - Irmã Francisca Erbenia Sousa (Crateús-CE); - Irmã Lourdes Dill (Santa 322 Maria-RS); - Marilene Souza (Montes Claros-MG); - Luana Génot (São Paulo-SP); - Lucia 323 Dellagnelo (Florianópolis-SC); - Luciana Barreto Van Tol (Brasília-DF); - Maria Aparecida 324 Bento (São Paulo-SP); - Meiriane Nunes Amaro (Brasília-DF); - Neusa Ferreira (Belo Horizonte-MG); - Nina Silva (São Paulo-SP); - Sônia Nascimento (São Paulo-SP); - Suellen 325 326 Ramos (Manaus-AM); - Ticiana Rolim Queiroz (Fortaleza-CE); - Vera Victor (Belo Horizonte-MG); - Viviane Duarte (São Paulo-SP). Em votação, obteve-se o seguinte resultado: - Alice 327 328 Kuerten (Florianópolis-SC) 5(cinco) votos; - Beatriz Cerqueira (Belo Horizonte-MG) 2(dois) 329 votos; - Cíntia Aldaci da Cruz (Florianópolis-SC) 4 (quatro) votos; - Cristina Castro (Brasília-330 DF) 4 (quatro) votos; - Dirlene Marques (Belo Horizonte-MG) 4(quatro) votos; - Fátima Guerra (Belo Horizonte\*MG) 4 (quatro) votos - Irmã Francisca Erbenia Sousa (Crateús-CE) 9(nove) 331 332 votos; - Irmã Lourdes Dill (Santa Maria-RS ) 9(nove) votos; - Marilene de Souza (Montes Claros-MG) 2 (dois) votos; - Lucia Génot (São Paulo-SP) 2(dois) votos; - Lucia Dellagnelo 333 334 (Florianópolis-SC) 3(três) voto; - Luciana Barreto Van Tol (Brasília-DF) 1(um) voto; - Maria Aparecida Bento (São Paulo-SP) 2(dois) votos; - Meiriane Nunes Amaro (Brasília-DF) 335 4(quatro) votos; - Neusa Ferreira (Belo Horizonte – MG) 3(três) votos; - Nina Silva (São Paulo-336 337 SP) 0(zero); - Sônia Nascimento (São Paulo-SP) 4 (quatro) votos; - Suellen Ramos (Manaus-338 AM) 5(cinco) votos; - Ticiana Rolim Queiroz (Fortaleza-CE) 4(quatro) votos; - Vera Victor 339 (Belo Horizonte-MG) 1(um) voto; - Viviane Duarte (São Paulo-SP) 2 (dois) votos; Lucia 340 Marina dos Santos - 2(dois) votos. As mais votadas foram: Ir. Francisca Erbenia (Crateús-CE) - 9 votos, Ir. Lourdes Dill (Santa Maria-RS) - 9 votos, Alice Kuerten (Floripa-SC) - 5 votos e 341 342 Suellen Ramos (Manaus-AM) - 5 votos. Tendo em vista que houve empate, nova votação para 343 o desempate teve que acontecer. (áudio, manhã, 01.08 - 2:31:51 - 2:48:12). DESEMPATE. Em votação, foi obtido o seguinte resultado: - Cíntia Aldaci da Cruz (SC) 344 345 4(quatro) votos; - Cristina Castro (DF) 0; - Maria de Fátima Lage Guerra (MG) 4(quatro) votos; - Maria Dirlene Trindade Marques (MG) 3(três) votos; - Meiriane 346 347 Nunes Amaro (DF) 8(oito) votos; - Sônia Nascimento (SP) 4 (quatro) votos e Ticiana 348 Rolim Queiroz (CE) 6 (seis) votos. (áudio, tarde, 31.07 - 00:02:41 - 1:26:07) 4.7. 349 Relatório do Grupo de Trabalho responsável por estudar a possibilidade de filiação 350 de mestres e doutores em Economia, não graduados na profissão, nos Corecons (Processo nº 19.372/2020); O relator, Conselheiro Paulo Dantas da Costa, apresentou 351 352 o seu relatório sobre o item, defendeu o registro nos moldes dos financistas e 353 internacionalistas, e que o registro seja feito como mestres e doutores em Economia, 354 e não como economista. Sugeriu o encaminhamento do estudo à Comissão de Normas 355 para apreciação e posterior deliberação pela plenária do Cofecon. 4.8. Proposta de 356 registro de bacharéis em Relações Internacionais oriundos Universidade Anhanguera (Uniderp) Procedência: Corecon-MS (Processo 19.350/2020); O relator, Conselheiro 357 358 Carlos Alberto Safatle, apresentou os critérios de análise e manifestou voto favorável 359 ao registro como internacionalista. Em votação, aprovado por unanimidade. 4.9. Proposta de registro de bacharéis em Finanças oriundos da Faculdade de Economia, 360 Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará 361 362 (UFC/Fortaleza) - Procedência: Corecon-CE (Processo 19.355/2020); O relator, 363 Conselheiro Eduardo Rodrigues da Silva, apresentou suas considerações para o



364 registro como financista, manifestando-se favorável ao registro. Em votação, 365 aprovado por unanimidade. 4.10. Procedimentos excepcionais para o pleito eleitoral 366 de 2020, no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, em razão da pandemia de COVID-19 (Processo 19.314/2020); O relator, Conselheiro Antonio Melki Jr., informou que 367 368 a proposta é alteração de procedimento em razão da situação da pandemia, realizando os procedimentos de forma online, por meio de mensagem eletrônica, para evitar o 369 370 contato pessoal. Em votação, aprovado por unanimidade. (áudio, manhã, 01.08 -00:34:34 - 1:32:07) 5. Apreciação de Processos Administrativos. 5.1. Processos 371 372 Contábeis. O Presidente da Comissão de Tomada de Contas, Conselheiro Federal Carlos 373 Alberto Safatle, apresentou para homologação os processos contábeis a seguir. Prestações de 374 Contas do Exercício de 2019 dos Conselhos Regionais de Economia: Processo: 19.315/2020 (Corecon-SC); Processo:19.331/2020 (Corecon-AC); Processo: 19.319/2020 (Corecon-MA); 375 376 Processo: 19.332/2020 (Corecon-RO); Processo: 19.320/2020 (Corecon-MS); Processo: 19.334/2020 (Corecon-MT); Processo: 19.321/2020 (Corecon-AL); Processo: 19.335/2020 377 378 (Corecon-SP); Processo: 19.323/2020 (Corecon-DF); Processo: 19.336/2020 (Corecon-PB); Processo: 19.324/2020 (Corecon-PE); Processo: 19.338/2020 (Corecon-ES); Processo: 379 380 19.326/2020 (Corecon-MG); Processo: 19.340/2020 (Corecon-PA/AP); Processo: 19.328/2020 381 (Corecon-TO); Processo: 19.349/2020 (Corecon-RN); Processo: 19.329/2020 (Corecon-GO); 382 Processo: 19.378/2020 (Corecon-PR); Processo: 19.330/2020 (Corecon-RJ); Processo: 19.380/2020 (Corecon-SE). Em votação, aprovado por maioria. Abstenção do Conselheiro 383 384 Paulo Roberto Polli Lobo em relação ao processo do Corecon-SC e abstenção do Conselheiro 385 Wellington Leonardo da Silva em relação ao processo do Corecon-RJ. A Conselheira Maria 386 Auxiliadora Sobral Feitosa apresentou, para homologação, os Balancetes Trimestrais dos Conselhos Regionais de Economia, tais quais; - Processo: 19.352/2020, Procedência: Corecon-387 TO, Assunto: Balancete do 1º trimestre 2020; - Processo: 19.365/2020, Procedência: Corecon-388 389 AL, Assunto: Balancete do 1º trimestre 2020; - Processo: 19.353/2020, Procedência: Corecon-RS, Assunto: Balancete do 1º trimestre 2020; - Processo: 19.375/2020, Procedência: Corecon-390 PR, Assunto: Balancete do 3º trimestre 2019; - Processo: 19.354/2020, Procedência: Corecon-391 RN, Assunto: Balancete do 1º trimestre 2020. Em votação, aprovado por unanimidade. 392 393 Apresentou, para homologação, as Propostas e Reformulações Orçamentárias dos Conselhos 394 Regionais de Economia, tais quais: - Processo: 19.316/2020, Procedência: Corecon-PE, 395 Assunto: Reformulação do Orçamento de 2019; - Processo: 19.376/2020, Procedência: Corecon-PR, Assunto:1º Reformulação do Orçamento de 2019; - Processo: 19.341/2020, 396 397 Procedência: Corecon-PA/AP, Assunto: Reformulação do Orcamento de 2019; - Processo: 398 19.377/2020, Procedência: Corecon-PR, Assunto: 2º Reformulação do Orçamento de 2019. Em 399 votação, aprovado por unanimidade. Por fim, relatou, para homologação, a Prestação de Contas de Auxílio Financeiro, Processo: 19.003/2019, Procedência: Corecon-ES, Evento: XXIV -400 Prêmio Espírito Santo de Economia, Valor: R\$ 3.000,00. Em votação, aprovado por 401 unanimidade. 5.2. Processos Administrativos; Relatoria: Comissão de Tomada de 402 403 Fiscalização e Registro Profissional. O Coordenador da Comissão, Econ. Paulo Roberto Polli 404 Lobo, apresentou os processos e os seus votos, conforme a seguir: - Processo: 18.765/2018 405 (Corecon-SP), Interessada: Esther Bahbouth - Não conhece recurso: remido. - Processo: 406 18.764/2018 (Corecon-SP), Interessada: Carolina Tejero Vallenas - Não conhece recurso: 407 suspensão de registro. - Processo: 18.783/2018 (Corecon-PI), Interessado: Luiz Carlos da Silva 408 - Não homologa cancelamento e remissão de débitos. - Processo: 18.760/2018 (Corecon-SP), Interessada: José Maria Giaretta Camargo; - Processo: 18.779/2018 (Corecon-RS), Interessado: 409 410 Guilherme da Silva Freitas; - Processo: 18.790/2018 (Corecon-PR), Interessada: Sonia Aparecida Bueno Iasbek; - Processo: 18.774/2018 (Corecon-SP), Interessada: Ana Paula 411 412 Lupatini Nogueira; - Processo: 18.789/2018 (Corecon-PR), Interessada: Viviane Aparecida Czarneski Mendes - Indefere Recurso: Cancelamento de registro. - Processo:18.693/2018 413 414 (Corecon-MG), Interessado: Gustavo Malafaia do Carmo; - Processo: 18.788/2018 (Corecon-415 PR), Interessada: Stephanie Avila Fonseca Dias; - Processo: 18.922/2019 (Corecon-RS),



416 Interessado: Thales Batiston Marques; - Processo: 18.771/2018 (Corecon-MG), Interessado: 417 Marco Antonio Mota Amorim; - Processo: 18.838/2019 (Corecon-DF), Interessado: Virgilio de Azevedo Maia Filho - Não conhece recurso: Cancelamento de registro. - Processo: 418 18.766/2018 (Corecon-SP), Interessado: Liyoiti Matsunaga; - Processo: 18.767/2018 (Corecon-419 420 SP), Interessado: Sérgio Brasil Veschi Mani - Indefere Recurso: Remissão de débitos. -Processo: 18.772/2018 (Corecon-RJ), Interessado: Mario Afonso Expedito Franco Vera - Não 421 422 conhece Recurso: Remissão de débitos. - Processo: 18.761/2018 (Corecon-SP), Interessada: BAF Capital Investimentos Ltda; - Processo: 18.763/2018 (Corecon-SP), Interessada: Baluarte 423 424 Capital Gestão de Recurso Ltda; - Processo: 18.762/2018 (Corecon-SP), Interessada: Luz 425 Consultoria Financeira Ltda; - Processo: 18.787/2018 (Corecon-PR), Interessado: Luis Alberto 426 Pereira Oliveira - Indefere recurso: exercício ilegal da profissão. Em votação, aprovado por 427 maioria. Abstenção do Conselheiro Wellington Leonardo da Silva em relação aos processos do 428 Conselho Regional de Economia 1. Região – RJ. O Coordenador da Comissão de Normas e Legislação, Econ. Antonio Melki Júnior, apresentou o processo, conforme a seguir: Processo: 429 430 19.361/2020 (Corecon-CE), Relator: Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. - Homologação de Regimento Interno alteração de membros do plenário de 9 para 12. Em votação, aprovado por 431 unanimidade. A Coordenadora da Comissão de Educação, Econ. Denise Rodrigues Franco do 432 433 Amaral, solicitou retirada de pauta do Processo 19.347/2020 - Apoio financeiro para o XIII 434 Encontro Internacional Anual Associação Keynesiana Brasileira (AKB), por falta de documentação necessária. Apresentou processo: 19.379/2020 (Corecon-PR), 24° ENESUL -435 436 Encontro de Economistas da Região Sul. A relatora apresentou seu voto pelo deferimento do auxílio financeiro no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Os Conselheiros Clovis Benoni 437 438 Meures, Lauro Chaves Neto e Paulo Roberto Polli Lobo propuseram R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) de apoio. Foi colocado em votação e a proposta 1, da relatora, recebeu 11(onze) votos, 439 440 sendo eles: Antonio Melki Jr., Fernando de Aquino Fonseca Neto, Antônio de Pádua Ubirajara 441 e Silva, Carlos Alberto Safatel, Denise Kassama Franco do Amaral, Heric Santos Hossoé, 442 Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maurílio Procópio Gomes, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Dantas da Costa e Wellington Leonardo da Silva. A proposta 2, dos conselheiros, 443 recebeu 6(seis) votos, sendo elas: Clovis Benoni Meurer, Eduardo Rodrigues da Silva, Lauro 444 445 Chaves Neto, Luiz Antonio Rubin, Paulo Roberto Polli Lobo e Waldir Pereira Gomes. Venceu 446 a proposta da relatora. (*áudio*, *manhã*, 01.08 –2:48:07 – 4:59:35) **6. Notas Oficiais.** 6.1. 447 Conjuntura Econômica. O relator e Coordenador da Comissão de Política Econômica, Conselheiro Fernando de Aquino Fonseca Neto, apresentou o texto Dívida dos Estados 448 449 para discussão, aprovado pela maioria após ajustes propostos, exceto o Conselheiro Paulo Roberto Polli Lobo, que não estava de acordo. Portanto, a nota foi aprovada 450 451 pela maioria, com a seguinte redação: "A questão federativa, envolvendo a autonomia dos 452 estados, cuja abordagem vem sendo adiada há muito tempo, constitui seguramente um dos 453 maiores desafios da federação brasileira. Entre seus aspectos mais relevantes, sobressai-se 454 uma solução definitiva para o problema da dívida com a União, proveniente da Lei nº 9.496/97, 455 cujas sequelas representam um peso inestimável para os devedores sem oferecer nenhum 456 benefício aos demais entes. A pressão agora se tornou ainda maior, tendo em vista as 457 sucessivas políticas de ajuste, agravadas com o teto de gastos, e com os devastadores efeitos 458 da pandemia, com a queda das arrecadações e os encargos decorrentes da crise, a um tempo 459 sanitária, econômica e social, recaindo sobre os Estados e Municípios. Como resultado, a 460 capacidade de investimento das unidades federadas vem sendo sufocada e tornou-se iminente o colapso de políticas essenciais, de responsabilidade dos estados, em áreas como saúde. 461 462 educação e segurança. É bom lembrar que, se houve, à época, irresponsabilidade por parte de 463 alguns gestores, uma parte não negligenciável das dificuldades fiscais dos entes federativos 464 teve a contribuição da política financeira do governo central. A União impôs condições severas aos devedores, além de medidas associadas, como a privatização do sistema bancário. Entre 465 466 as características dos contratos então firmados – que só deixaram de fora Amapá e Tocantins 467 -, destacam-se: – A fixação do IGP/DI como indexador dos saldos devedores (a limitação dos



469

470

471 472

473 474

475

476

477

478

479

480

481

482 483

484

485

486

487

488

489 490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500 501

502

503

504 505

506

507 508

509

510 511

512

513

514

515516

517518

519

gastos públicos acabou levando à aplicação do IPCA);—A cobrança de juros de 6% a.a. a 9% a.a. (a forma de capitalização dos juros também foi questionada, mas continuaram a ser calculados juros compostos);- A amortização da dívida como parcela da receita corrente líquida (que poderia atingir até 13%);— A capitalização dos saldos devedores e consequente rolagem e prorrogação dos vencimentos (prazo original de 20 anos, prorrogáveis por mais 10, alongado por mais 20 anos em 2016). Soluções parciais e temporárias foram tentadas, sem resultados. De se ressaltar que, do ponto de vista das finanças nacionais, o pagamento da dívida dos demais entes perante a União é neutro, apenas aumenta o superávit ou reduz o déficit da União, em contrapartida, reduz o superávit ou aumenta o déficit dos devedores. A título de ilustração, com base em nota pública da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE, de 11 de fevereiro de 2019, a União financiou a maioria dos Estados a um custo de IGP-DI + 6% a.a., que, de dez/99 a dez/17, acumulou 1.379%, enquanto a inflação brasileira, medida pelo IPCA, atingiu 237%. Só para se ter uma ideia, o valor do empréstimo na origem, em 1998, que era de R\$ 93,2 bilhões, até dezembro de 2011 os Estados tinham pago R\$ 158 bilhões e, em 2016, a dívida total somava R\$427 bilhões. Esses e vários outros dados evidenciam aquilo que vários estudiosos de Finanças Públicas têm manifestado: as dívidas dos estados com a União são impagáveis. Em suma, os maiores devedores não tiveram – nem terão – a possibilidade de liquidar a dívida, pelas próprias condições de "atualização" do saldo devedor, pelo peso dos encargos incidente sobre o principal e pela sangria resultante dos desembolsos mensais. O comprometimento das receitas mensais torna inviável a perspectiva de os entes "pouparem" uma parcela que sequer permita a realização das despesas correntes, fato agravado com o baixo crescimento dos últimos quatro anos e a frustração na arrecadação desses exercícios. Nestas circunstâncias, qualquer prorrogação dos prazos de vencimento da dívida só fará prolongar a agonia do paciente, eliminando qualquer perspectiva de recuperação a médio ou longo prazo. As novas gerações não devem continuar sendo penalizadas por condutas reprováveis de gestores do passado, magnificadas pelas condições insustentáveis com que a dívida constituída vem sendo cobrada. A recomendação categórica que se impõe é, portanto, a de cancelamento incondicional desses contratos, com (i) a suspensão imediata de todos os desembolsos a eles relativos e (ii) a destinação do montante de desembolsos realizados ao financiamento de um programa de recuperação via investimentos em infraestrutura, que contemple setores prioritários para a retomada do desenvolvimento, sob a coordenação e acompanhamento de representações da sociedade civil que lidem com finanças públicas, levando em conta a redução das desigualdades regionais e a valorização do trabalho. Uma contrapartida necessária, por parte dos estados, seria uma gestão mais responsável e eficiente dos recursos, inclusive ajustando remunerações exageradas de algumas castas do serviço público." 6.2. Desenvolvimento Regional. O relator e Coordenador da Comissão de Desenvolvimento Regional, Conselheiro Lauro Chaves Neto, apresentou nota sobre Renda Mínima. Entretanto, foi sugerida a remessa, para análise, à Comissão de Política Econômica. O relator, em relação ao tema, sugeriu submeter à Comissão de Ações pela Redução da Desigualdade. Sendo assim, retirou a proposta para apresentação ao plenário na ocasião. 7. Calendário de Eventos do Sistema Cofecon/Corecons. 7.1. XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – SINCE (Processo nº 18.582/2018). O relator e Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, convidou o Presidente do Conselho Regional de Economia da 21ª Região – PB, Econ. Celso Pinto Mangueira, e o Conselheiro Federal João Bosco Ferraz de Oliveira que, na ocasião, apresentaram proposta para realização do XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE) e das comemorações referentes ao Centenário de Celso Furtado. Após os debates e diante do avanço da pandemia de COVID-19, o Plenário do Cofecon decidiu, relativamente ao XXVII SINCE: a) Realizar eventos virtuais, em articulação entre a Comissão do XXVII SINCE com o Corecon-PB, relativos ao Centenário de Celso Furtado, a serem programados ainda no segundo semestre de 2020; b) Adiar para 2021



a realização do XXVII SINCE, em data e formato a serem definidos a partir da avaliação dos desdobramentos da pandemia de Covid-19, bem como dos medicamentos ou vacinas para sua erradicação. **8. Outros Assuntos.** Não houve. **9.** Encerramento. O Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, agradeceu a presença de todos e, às 13h23, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo presidente da Sessão. Brasília, primeiro de agosto de dois mil e vinte. Jane Lopes da Silva

526 527 528

520

521 522

523

524

525

529

## Econ. Antonio Corrêa de Lacerda

Secretária ad hoc

Presidente do Cofecon